

Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no AgInt no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 23.284 - DF
(2017/0029669-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : GIL VICENTE - ESPÓLIO
REPR. POR : AMARICEA TEIXEIRA VICENTE - INVENTARIANTE
ADVOGADO : EDMUNDO STARLING LOUREIRO FRANCA - DF020252

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela União, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Primeira Seção assim ementado:

AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ANISTIA DE MILITAR. PAGAMENTOS DE VALORES RETROATIVOS. PAGAMENTO PELO VALOR NOMINAL EXPRESSO NO ATO DE ANISTIA, ACRESCIDO DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. CONCESSÃO INTEGRAL DA SEGURANÇA.

1. Os valores retroativos relacionados à reparação econômica devida em virtude da concessão de anistia política aos militares devem ser acrescidos dos consectários legais, mesmo quando postulados em mandado de segurança. Precedentes.
2. Agravo interno do impetrante provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Alega a recorrente não ser possível, em sede de mandado de segurança, a condenação ao pagamento de juros e correção monetária, sob pena de transformar-se a via estreita em ação de cobrança, afrontando, assim, o disposto no art. 5º, LXIX, da Constituição Federal.

Afirma que "a questão acerca da incidência dos consectários em mandado de segurança não faz parte da *ratio decidendi* adotada pelo Supremo Tribunal Federal" no Recurso Extraordinário 553.710.

Argumenta que a questão tem repercussão geral e enfatiza que "uma vez que a portaria anistiadora não previu a incidência de juros e/ou correção monetária, muito menos estabeleceu eventuais índices a serem observados a esse título, mostra-se completamente descabida a pretensão de recebimento desses consectários na via mandamental" (fl. 424).

Sustenta, ainda, que, caso se entenda pela incidência dos juros de mora, o termo inicial é a data da citação/notificação da parte ré no processo judicial. Quanto à correção monetária, aponta que está pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, que deve ser observada.

Contrarrazões às fls. 443/453.

É o relatório.

Extrai-se dos autos que a Primeira Seção desta Corte concedeu integralmente a segurança, em ordem a determinar que o valor nominal da portaria de

Superior Tribunal de Justiça

anistia fosse acrescido de juros e correção monetária.

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, em casos similares, que versam sobre anistia (TEMA 394), tem determinado o retorno dos autos à origem a fim de que se aguarde o julgamento dos embargos de declaração opostos contra o acórdão proferido no recurso extraordinário em repercussão geral relativo ao assunto – RE n.º 553.710/DF. Da página eletrônica do Excelso Pretório se verifica que foram julgados os aclaratórios e publicado o acórdão em 24/08/2018.

Não obstante, houve manejo de novo recurso integrativo.

Nesse cenário, é de bom alvitre que se aguarde o trânsito em julgado do RE n.º 553.710/DF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil, **determino o sobrestamento deste recurso extraordinário até a publicação da decisão de mérito a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal a respeito do Tema 394/STF.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente